FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado e Doutoramento

1. Nome da Unidade curricular:

Políticas Públicas e Governação

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☐ Anual x
Horas de Trabalho: _____
Créditos ECTS: _____

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Professores Rute Saraiva e Guilherme W. D'Oliveira Martins

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

-

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

O objectivo central da disciplina gira em torno da introdução aos principais temas, problemas e conceitos relativos às Políticas Públicas e sua Governação, tanto numa perspectiva descritiva, como instrumental, institucional e normativa.

6. Conteúdos programáticos:

Parte A - Políticas públicas : as opções económicas do Estado

Capítulo I – Políticas públicas e opções reais

1. Da sociedade de informação à sociedade do conhecimento

2. Novos desafios do século XXI – Conhecimento, Coesão Social e Sustentabilidade

3. Estado de direito, legitimidade do título e do exercício

4. Participação, Representação e Mediação democrática.

5. Opções reais, democracia e sociedade do conhecimento

Capítulo II – Direito das Políticas Públicas

1. Políticas públicas e a concretização dos direitos sociais e do desenvolvimento sustentável

2. O enquadramento jurídico-constitucional e económico das políticas públicas

3. Políticas públicas e direito da economia

4. Políticas públicas e direito financeiro público

Capítulo III – Dimensão Europeia e Internacional das Políticas Públicas

1. Introdução: o estudo das políticas públicas supranacionais e internacionais

1.1. A globalização e o estado-nação

1.2. Policy-making no sistema multi-nível europeu e global

1.2. Teorizando a produção de políticas na União Europeia e a nível internacional

2. Políticas públicas Europeias

2.1. A Europeização de políticas públicas

2.2. Novos modos de policy-making: governança experimental na EU

2.3. A União Europeia como actor na política internacional

2.4. Políticas Internacionais

2.5. O poder de Policy – Making das Organizações Internacionais

2.6. Actores transnacionais na política internacional

2.7. A difusão internacional de políticas públicas: uma nova forma de governança global?

Capítulo IV – Políticas Públicas nacionais - Políticas públicas geral

1. Introdução: o Estado a sociedade e a economia

2. Estado e mercado na teoria económica: os grandes debates em perspectiva histórica

3. Do mercantilismo ao liberalismo clássico

4. A lógica neoclássica: liberalismo e intervencionismo numa óptica

5. microeconómica (welfare economics)

6. A lógica keynesiana: intervencionismo numa óptica macroeconómica

7. O neoliberalismo e o retorno do mercado

8. A abordagem institucionalista sobre o Estado e o mercado

9. Políticas públicas em contexto da crise(s)

10. "Grande Recessão" e a crise da zona euro

11. Novas configurações ideológicas e geopolíticas

12. Os desafios da "sustentabilidade"

Parte B- Economia Comportamental, Direito Comportamental e Políticas Públicas Baseadas em Evidência

Capítulo I – Um novo mainstream?

1. Da Economia Neoclássica à Economia Comportamental

1.1. De Adam Smith a Richard Thaler

1.2. A velha e a nova Economia Comportamental

1.3. Racionalidade, heurísticas, vieses e emoções

1.3.1. Hipótese do processo dual

1.3.2. O Grande Debate da Racionalidade

1.3.3. Heurísticas

1.3.4. Vieses cognitivos

1.3.5. Emoções e tomada de decisão

1.4. Será a Economia Comportamental o novo mainstream?

2. Direito e Economia Comportamental

2.1. Da Law & Economics à Behavioural Law & Economics

2.2. Importação de insights comportamentais para o Direito

2.3. Efeito de dotação, Teorema de Coase e direitos de propriedade

2.4. Diferenças entre tradições jurídicas romano-germânicas e anglo-saxónicas

2.5. Revolução ou evolução?

2.6. Economia Positiva e Economia Normativa

2.7. Behavioural Welfare Economics

2.8. Paternalismo Libertário: fundamentos, promessas e limites

2.9. Críticas à abordagem comportamental

2.9.1. Juventude e incompletude

2.9.2. Problemas metodológicos

2.9.3. Limites teóricos e normativos

Capítulo II – Behavioural Public Policy

1. Evidence-Based Law & Policy

1.1. Ciência, Direito e Políticas Públicas

1.2. Tecnocracia e legitimidade democrática

1.3. Modelos de institucionalização

1.4. Metodologias empíricas aplicadas ao Direito

1.5. Avaliação de impacto regulatório

2. Arquitetura da Escolha e Regulação Comportamental

2.1. Arquitetura da escolha

2.2. Choice architects

2.3. Fins e meios da intervenção pública

2.4. Fundamentos jurídicos da regulação comportamental

2.5. Taxonomia das intervenções comportamentais

2.6. Critérios de utilização

3. Nudges e Instrumentos Comportamentais

3.1. Conceito e natureza jurídica

3.2. Tipologias de nudges

3.2.1. Nudges granulares

3.2.2. Hypernudges

3.3. Eficácia e limites

3.4. Nudges que falham

3.5. Desenho e construção de nudges

4. A Governação Comportamental e os Seus Dilemas Normativos

1. Implicações éticas de uma regulação comportamentalmente informada
   1.1. O despertar da regulação comportamental
   1.2. O Problema do Conhecimento e a construção de preferências: uma introdução
   1.3. Desafios éticos da definição de preferências e impacto em grupos vulneráveis
   1.4. Implicações sobre a Autonomia: uma introdução
2. Problemas epistémicos e volitivos
   2.1. Um problema de identificação
   2.2. O Problema do Conhecimento. Em especial, "*como julgado por eles mesmos*"
   2.3. Tentativas de resolução e de contorno do Problema do Conhecimento
      2.3.1. Estratégias epistémicas
         2.3.1.1. Reformulação como tomada de decisão sob incerteza
         2.3.1.2. *Big Data* e Inteligência Artificial
         2.3.1.3. Do Teorema do Júri de Condorcet à opção democrática
      2.3.2. Estratégias psicológicas
         2.3.2.1. Os escolhedores inconsistentes
         2.3.2.2. Dos múltiplos *selves* e busca de identidade, passando pela dissonância cognitiva, à solução coaseana
         2.3.2.3. Remorso

2.3.3. Estratégias institucionais
2.3.3.1. Arquitectura da Arquitectura da Escolha
2.3.3.2. Escolha activa e promoção da agência
2.4. Proposta: Modelo de Bem-Estar Baseado nas Preferências Centrais Adaptativo-Construtivista (ACCP-WM)
2.4.1. Fundamentos teóricos: construtivismo, ecologia e evolução
2.4.2. O núcleo normativo: Preferências Autênticas Fundamentais (CAP)
2.4.3. Apresentação do Modelo ACCP-WM e hipóteses para validação empírica
2.4.4. Ética da intervenção e o papel do Planeador Social
2.4.5. Operacionalização e governança multinível
2.4.6. Síntese e humildade epistémica
3. Autonomia
3.1. Liberdade de escolha
3.2. Agência
3.2.1. Autonomia agêntica
3.2.2. Autocracia
3.2.3. Escolha activa
3.3. Auto-constituição
4. Transparência
4.1. Publicidade
4.2. Consentimento, *disclosure* e educação
4.3. Eficácia vs Transparência
5. Legitimidade
5.1. Democracia e deliberação
5.2. Factores de aceitabilidade social de instrumentos comportamentalmente informados e eficácia
5.3. Ser parte da comunidade
5.4. Sem culpa nem mal
5.4.1. Manipulação e *evil nudges*
5.4.2. "FOR_GOOD"
6. Igualdade: as consequências distributivas e a regressividade, em particular
6.1. O mito da neutralidade e a tensão democrática
6.2. Determinantes da *nudgeability* e vulnerabilidade
6.3. Evidência empírica da regressividade oculta
6.4. Enquadramento jurídico e constitucional: Em busca de uma governação comportamental Ética e mitigação
7. Regular o *nudger* (público): Uma abordagem "constitucional" do Direito Comportamental?
7.1. Avaliação constitucional das intervenções comportamentais, em especial dos *nudges*
7.1.1. A reconfiguração do princípio da proporcionalidade na avaliação constitucional de *nudges*: Uma abordagem ecológico-satisficiente
7.1.2. Direitos fundamentais
7.1.3. Inconstitucionalidade orgânica
7.2. Uma abordagem "constitucional" forte
7.3. Uma abordagem "constitucional" leve ou satisficiente
7.4. Uma abordagem "constitucional" multinível e diferenciada
7.5. Rumo a uma Economia Política Constitucional Policêntrica Satisficiente das intervenções comportamentais?
7.5.1. Complexidade, cognição e constitucionalismo policêntrico: um enquadramento ostromiano da governação comportamental
7.5.2. Reconfiguração do Princípio da Subsidiariedade: o Modelo de Subsidiariedade Socio-Cognitiva Policêntrica (MSSCP)
7.5.3. Da Arquitectura da Escolha à Ecologia Institucional

Parte C - Políticas públicas setoriais

1. **Segurança Social** a) Condicionalismos exógenos e endógenos dos sistemas de segurança social: problemas e entropias b) Demografia, Envelhecimento e Segurança Social c) Novos Paradigmas – as poliarquias e o mundo global. d) Reformas sistémicas e paramétricas e) A privatização e a 'financeirização' da segurança social: regimes complementares f) Direitos adquiridos e segurança social: significado histórico e no contexto atual

2. **Saúde** a) O mercado da saúde: fatores determinantes da procura e da oferta b) Envelhecimento e Saúde c) Reformas sistémicas e paramétricas. d) A Saúde e a crise económico-financeira

3. **Ambiente**

4. **Política das receitas e das despesas** a) Sociedade complexa e direito orçamental b) A lei e o risco orçamental c) Direito orçamental e ciclos económicos

5. **Outros setores**: Educação e Transportes a) O acesso à educação: (universal ou meritocrático) democracia e mérito b) Provisão pública e privada; financiamento da Educação: modelos; c) os vouchers na educação d) Os Transportes e os modelos de financiamento e) PPP e descentralização de competências

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

- Aula 1 → Apresentação da UC
- Aulas 2-13 → Parte A (12 aulas)
- Aulas 14-25 → Parte B (12 aulas)
- Aulas 27-36 → Apresentações dos estudantes (10 aulas)

A Aula 26 funciona como sessão de síntese, preparação dos trabalhos finais, discussão metodológica e articulação entre as Partes A, B e C.

A parte C é integrada nas Partes A e B como exemplos de aplicação.

8. Metodologias de ensino:

Na disciplina são utilizadas as seguintes metodologias pedagógicas:
1. Expositivas, para apresentação dos quadros teóricos de referência
2. Participativas, com a análise de casos. Método socrático e active learning, com actividades individuais e colaborativas.
3. Autoestudo e flipped classes,
4. Orientação tutorial.

9. Avaliação:

Nos termos regulamentares

FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A exposição teórica dota os alunos das bases necessárias para o desenvolvimento e teste das suas aptidões através de pequenos exercícios e jogos que apelam a uma capacidade crítica de contextualização e de descontextualização dos conceitos, nomeadamente graças a uma metodologia socrática.

11. Bibliografia principal:

Guilherme W. D'Oliveira Martins (2022) Manual de políticas públicas : as opções económicas do Estado, Coimbra: Editora d'Ideias.
Rute Saraiva (2026) Para além do Nudge, AAFDL.

12. Observações:

sem precedências

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular Unit Sheet

Course _____

1. Curricular Unit Name:

Public Policies & Governance

2. Complementary Information:

Duration: Semester ☐ Annual ☐
Work hours: _____
Credits ECTS: _____

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Rute Saraiva and Guilherme W. D'Oliveira Martins

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

-

5. Learning outcomes of the curricular unit:

(maximun 1000 characters)

6. Syllabus:

Part A - Public policy: the State's economic choices
Chapter I – Public policies and real choices
Chapter II – Public Policy Law
Chapter III – The European and International Dimensions of Public Policies
Chapter IV – National Public Policies – General Public Policies

Part B- Behavioural Economics, Behavioural Law and Evidence-Based Public Policy
Chapter I – A new mainstream?
Chapter II –Behavioural Public Policy

Part C- Applications

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

- Lecture 1 → Introduction to the course unit
- Lectures 2–13 → Part A (12 lectures)
- Lectures 14–25 → Part B (12 lectures)
- Lectures 27–36 → Student presentations (10 lectures)

Lesson 26 serves as a summary session, covering preparation for the final assignments, a discussion of methodology and the links between Parts A, B and C.
Part C is going to be integrated in A and B as examples

8. Teaching methodologies (including evaluation):

Theoretical- Practical classes with lectures, problem and quiz solving, games and videos, using the socratic method, active learning, flipped classes and mentoring.

9. Evaluation:

See Regulation for master's and PhD

10: Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The theoretical lecture endows students the necessary foundation to develop and test their skills through exercises that call for a critical capability of contextualization and decontextualization of concepts in more practical classes.

11: Main Bibliography:

Guilherme W. D'Oliveira Martins (2022) Manual de políticas públicas : as opções económicas do Estado, Coimbra: Editora d'Ideias.
Rute Saraiva (2026) Para além do Nudge, AAFDL.

12: Remarks:

No prior course needed

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.